







vel pela sua defesa e divulgação», tece duras críticas ao poder local de uma cidade que este ano se candidatou à Capital Europeia de Cultura 2027: «Assim se profana uma sepultura que deveria ser monumento classificado e se oblitera a dignidade e a memória de toda uma família histórica de Aveiro».

Junta de freguesia em silêncio

Quando procurou junto dos responsáveis locais uma justificação para o sucedido, a resposta que obteve do presidente da junta foi de que o jazigo se encontrava em mau estado de conservação e que «não sabia quem era Silva Rocha». O SOL procurou ouvir o presidente da Junta da União das Freguesias de Glória e Vera-Cruz, mas de Fernando Marques, obteve apenas o «silêncio absoluto». Palavras do próprio, que se escusou a comentar o caso: «Não temos nada a dizer. O assunto está entregue ao nosso advogado, não tenho nada a acrescentar».

Sobre o que se passou em 2015 no Cemitério Central de Aveiro, resta então apenas a versão contada por Maria João Fernandes, que se faz acompanhar de fotografias reafirmando que o jazigo, vendido depois em hasta pública a um comprador que, com a polémica, acabaria por abdicar da construção, nunca esteve no mau estado alegado pela junta de freguesia como justificação para a expropriação.

Foi no início do século XX que João Pedro Soares comprou no Cemitério Central de Aveiro o terreno no qual construiria o jazigo que haveria de acolher não só os seus restos mortais, como os dos familiares que lhe sucederiam, entre os quais o arquiteto Francisco da Silva Rocha.

A descendente direta do arquiteto afirma ainda que, em 2000, o ano em que ali foi depositada a última urna, o jazigo tinha sido alvo de obras recentes. «As urnas alegadamente deterioradas estavam em perfeito estado até 2007, do que existem testemunhas e provas», assevera. Garante ainda que **«haveria** a maior facilidade em identificar os inumados» na altura em que o jazigo foi esvaziado, bem como em contactar os familiares, dado que a própria autarquia «promoveu e apoiou em 2009 a publicação da monografia» sobre Silva Rocha e a Arte Nova de que é autora. «Eu era facilmente contactável como colaboradora da Câmara Mu-

'Assim se profana uma sepultura que deveria ser monumento classificado', diz a bisneta do arquiteto

nicipal de Aveiro e como figura pública na área da cultura».

Francisco da Silva Rocha, Aveiro e a Arte Nova

Nascido na Mealhada em 1864, Francisco Augusto da Silva Rocha mudar-se-ia para Aveiro, cidade onde, com as suas obras de arquitetura, contribuiria para a afirmação da Arte Nova portuguesa. Aveiro que é, a par de Barcelona – a cidade de Gaudí –, Bruxelas, Budapeste, Glasgow, Helsínquia ou Havana, cidade-membro do Réseau Art Nouveau Network, uma rede composta pelas cidades cuja paisagem arquitetónica a Arte Nova ajudou a moldar.

Pelo casamento com Olinda Augusta Soares, filha de João Pedro Soares, o arquiteto originário da Mealhada passou a fazer parte da família da proeminente figura da Aveiro do século XIX e início do século XX. Entre as obras mais emblemáticas de Francisco da Silva Rocha contam-se a Casa Major Pessoa, construída em 1907 e entretanto convertida em Museu Arte Nova.

A página do Turismo de Portugal para a zona Centro apresenta Aveiro como cidade-museu da Arte Nova em Portugal e sugere um passeio a pé pela que designa como Rota da Arte Nova de Aveiro, que tem justamente como ponto de partida a Casa do Major Pessoa. Localizada na R. Barbosa Magalhães, 9-11 e na Travessa do Rossio, é descrita como o «ex-líbris arquitetónico da Arte Nova aveirense», «uma exuberante composição de flores e arabescos em pedra e ferro forjado riscada por Ernesto Korrodi e Silva Rocha».